

**GOVERNANÇA E REDES POLÍTICAS EDUCACIONAIS: UM ESTUDO SOBRE O
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - RS**

GOVERNANCE AND EDUCATIONAL POLICY NETWORKS: A STUDY ABOUT THE STATE OF RIO
GRANDE DO SUL – RS

GOBERNANZA Y REDES POLÍTICAS EDUCACIONALES: UN ESTUDIO SOBRE EL ESTADO DEL RIO
GRANDE DEL SUR – RS

Maria de Fátima Cossio¹
Susana Schneid Scherer²

Resumo: Este estudo investiga as principais instituições privadas, com ou sem fins lucrativos, que estabelecem parcerias com os sistemas públicos de educação e/ou diretamente com escolas públicas municipais e estaduais situadas no Estado do Rio Grande do Sul (RS), a fim de desvelar algumas intencionalidades e efeitos sobre a educação pública. Com base na abordagem de etnografia de redes de Stephen Ball (2015), que prevê um aprofundamento dos dados investigativos com a coleta de informações virtuais, usaram-se como fontes diferentes sites, materiais e documentos *online*, visando mapear as formas de atuação destes entes e as redes de relações que estabelecem. Compreende-se que tal discussão se encaixa no quadro da governança que se manifesta, entre outros modos, pelas parcerias público-privadas, e que vem sendo promovida no contexto das estratégias do atual projeto de globalização neoliberal, como novas formas de privatização e abertura de mercados para o setor privado.

Palavras-Chave: Educação pública; Parcerias Público-Privadas; Redes Políticas.

Abstract: This study investigates the main private, nonprofit institutions that establish partnerships with public education systems and/or directly with municipal and state public schools located in the state of Rio Grande do Sul (RS), in order to uncover some intentionalities and effects in public education. Based on the network ethnography approach of Stephen Ball (2015), which provides a deepening in the investigative data with the collection of virtual information, it were used different sources, materials and documents to map the forms of action of these entities and the networks of relationships they establish. It is understood that this discussion fits in the framework of governance manifested, besides others topics, by public-private partnerships, that has been promoted in the context of the strategies of the current neoliberal globalization project, such as new forms of privatization and markets for the private sector.

Keywords: Public education; Public-Private Partnerships; Political Networks.

Resumen: Este estudio investiga las principales instituciones privadas, con fines lucrativos, que establecen asociaciones con los sistemas de educación y las escuelas públicas municipales y estatales situadas en el Estado de Rio Grande do Sul (RS), a fin de desvelar algunas intencionalidades y efectos de esto sobre la educación pública. Con base en la etnografía de redes de Stephen Ball (2015), que permite una profundización de las fuentes investigativas con la búsqueda de datos virtuales desde diferentes materiales y documentos en línea, con el propósito de mapear los modos y las redes de relaciones que establecen. Se entiende que la discusión se inserta en el marco de la gobernanza que se manifiesta, entre otras características, por las asociaciones público-privadas, en desarrollo en el contexto de las estrategias del proyecto de globalización neoliberal, como nuevas formas de privatización y de apertura de mercados para el sector privado.

Palabras-clave: Educación pública; Asociaciones Público-Privadas; Redes Políticas.

¹ Professora da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil. cossiofatima13@gmail.com.

² Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil. susana_scherer@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

Este estudo visa investigar as principais instituições privadas, com ou sem fins lucrativos, que estabelecem parcerias com sistemas ou diretamente com escolas públicas municipais e estaduais, localizadas no Estado do Rio Grande do Sul (RS), para prestação de diferentes e diversos serviços educacionais. As Parcerias Público-Privadas (PPPs), notadamente na educação, têm sido intensificadas nos últimos anos, constituindo-se em um importante campo de investigação na área de políticas educacionais, na medida em que se torna necessário compreender de que forma incidem sobre as concepções e ações da educação pública brasileira.

Depreende-se que as PPPs manifestam novas relações que se estabelecem entre Estado, mercado e sociedade civil, especialmente através da concepção de governança que propicia a constituição de redes de transferência e influências políticas, as quais têm nas parcerias uma de suas formas basilares de materialização (CÓSSIO, 2015). Dessa maneira, compreende-se ser essencial refletir acerca das redes políticas que se organizam em torno e sobre as instituições públicas, sobretudo, no que refere às implicações na educação.

No plano geral, as PPPs ganham espaço no contexto do discurso de ineficiência do Estado, no qual o setor privado é buscado como “parceiro” do setor público em diferentes formas de conveniamentos com a finalidade de indicar caminhos potenciais para melhorar a eficiência e eficácia do desempenho da máquina pública. Assim sendo, as PPPs passam a ser corresponsáveis na execução das políticas sociais, de modo que o Estado se reorganiza para priorizar o controle dos processos, enquanto que diferentes tipos de “organizações sociais” (OS), representadas por fundações e institutos privados, com ou sem fins lucrativos, adentram na esfera da definição, organização e implementação das políticas sociais, a partir de recursos majoritariamente públicos.

As Parcerias Público-Privadas em Educação (PPPEs) têm sido cada vez mais comuns, de modo que o privado se torna “parceiro” do setor público em diferentes tipos de arranjos contratuais. Observa-se que, dependendo do modelo contratual, pode envolver diferentes dimensões, tais como: gestão de sistemas e escolas, formação de pessoal (gestores, professores, técnicos),

reforço escolar no contraturno, materiais didático-pedagógicos, currículos, modelos avaliativos, entre outras. Nesse sentido, as redes escolares são envolvidas e submetidas a propostas elaboradas por segmentos desvinculados da educação, com forte presença do setor empresarial, por meio de suas fundações.

Tendo como pano de fundo tais elementos, esta pesquisa se propõe, em uma primeira etapa, a investigar as instituições privadas contratadas pelos sistemas públicos (estaduais e municipais) de educação no Estado do RS para prestar diferentes serviços, mapeando aquelas mais recorrentes no cenário local. A partir deste levantamento, a segunda etapa teve o objetivo de aprofundar o estudo sobre a governança e, especialmente, sobre as redes políticas (*policy networks*) que se configuram e influenciam nas decisões e ações educacionais.

GOVERNANÇA E GLOBALIZAÇÃO

Por globalização se entende o movimento com vista ao aprofundamento da integração internacional econômica, social, cultural e política, impulsionado a partir do final do século XX e início do século XXI. Para Shiroma (2016) como produto desse processo, são entrelaçados variados níveis de poder, de influência, de pressão e de ofertas, os quais as nações precisam responder coletivamente dentro de espaços supranacionais - como reuniões da Organização das Nações Unidas (ONU), Fóruns como o Fórum Econômico Mundial de Davos, Cúpulas das Américas, Parlamento Europeu, reuniões do G8 ou do G20, etc - que ganham importância estratégica em busca de organizar as políticas nacionais dentro de um projeto de governança mundial, no lugar de políticas estritas a cada Estado-Nação.

No âmbito das orientações globais a concepção de governança se legitima não só entre países, mas dentro de cada país, e nas relações entre Estado, mercado e sociedade civil. Como explicita Cossio (2015), é uma visão que emerge para sumarizar o movimento de influências e de transformações significativas supranacionais sobre os Estados e em nível das implicações dessas configurações em áreas tradicionalmente consideradas prioritárias de atuação e responsabilidade do Estado.

Nesta linha, governança alude um conceito mais aberto e distintivo, na medida em que se

refere aos padrões de articulação e cooperação entre os atores e os arranjos institucionais que coordenam os sistemas sociais. Relaciona-se:

[...] a problemática da coordenação, enquanto *regulação* aparece associada à variabilidade e à reprodução de um dado sistema social. Mais especificamente, *governança* traduz o modo de coordenação dos diferentes tipos de *arranjos institucionais* presentes num dado sistema social de produção – mercados, hierarquias, Estado, redes, associações e comunidades, cujas ordens relacionais, diversas e parciais, configuram uma dada forma institucional dominante ou prevalecente (REIS, 2013, p. 107).

Conforme Robertson (2012), na década de 1990 o Consenso de Washington foi largamente considerado uma marca danificada, não apenas pela oposição ideológica que havia gerado, mas em virtude de crescentes evidências sobre as duas décadas de políticas neoliberais que reforçaram a pobreza e a desigualdade mundial. O caminho apontado para sustentar o modelo capitalista em vigor foi o de promover a “boa governança” – conhecida como o “pós-Consenso de Washington” (ROBERTSON, 2012, p. 284).

O presidente do Banco Mundial, John Williamson preludiou as diretivas para o trabalho em sentido de um “pós- Consenso de Washington”, principalmente revisando a concepção de Estado mínimo com o objetivo de promover novas formas e funções de governação na contemporaneidade econômico-produtiva (SHIROMA; EVANGELISTA, 2012). A partir disso, os desígnios do Consenso de Washington foram reabilitados e expandidos “para incluir uma série de reformas adicionais com a rubrica da boa governança: extensivas reformas na administração pública, PPPs, a eliminação de barreiras comerciais e uma nova leva de acordos no mercado internacional” (ROBERTSON, 2012, p. 287).

Em 1991, o Banco Mundial (BM, *World Bank* – WB), uma das figuras centrais na promoção do Consenso de Washington, publicou o Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial (RDM), com o intuito de compilar suas perspectivas, e no ano seguinte, em 1992, adensou-o com apoio do documento *Governance and Development* (WB, 1992) em que estabeleceu a forma pela qual as reformas estruturais deveriam

ser conduzidas através da governança (*governance*) como categoria chave.

Neste documento, o WB (1992, p. 1, tradução nossa³) assinala que “governança é definida como a maneira pela qual o poder é exercido na administração de recursos sociais e econômicos para o desenvolvimento de um país. Boa governança, para o Banco Mundial, é sinônima de boas condições de gestão para o desenvolvimento”. Assim,

Boa governação é fundamental para criar e manter um ambiente que fomenta o desenvolvimento forte e equitativo, e é um complemento essencial para políticas econômicas sólidas. Os governos desempenham um papel fundamental na provisão de bens públicos. Eles estabelecem as regras que fazem os mercados trabalhar de forma eficiente e, mais problematicamente, eles corrigem as falhas do mercado. Para desempenhar esse papel, eles precisam de receita, e agentes para coletar receitas e produzir os bens públicos. Isso, por sua vez, requer sistemas de *accountability*, informação adequada e confiável, e eficiência na gestão de recursos e na prestação de serviços públicos (WB, 1992, p. 2, tradução nossa⁴).

Para dar vazão à governança o BM (1992) ressalta quatro áreas estratégicas: (1º) Gestão do setor público; (2º) Responsabilização e prestação de contas dos governantes e funcionários públicos (*accountability*); (3º) Legislações para sustentar o desenvolvimento perseguido e possibilitar um ambiente econômico estável e potencial para os agentes econômicos avaliarem oportunidades e

³ “[...] governance is defined as the manner in which power is exercised in the management of a country's economic and social resources for development. Good governance, for the World Bank, is synonymous with sound development management” (WB, 1992, p. 1).

⁴ “Good governance is central to creating and sustaining an environment which fosters strong and equitable development, and it is an essential complement to sound economic policies. Governments play a key role in the provision of public goods. They establish the rules that make markets work efficiently and, more problematically, they correct for market failure. In order to play this role, they need revenues, and agents to collect revenues and produce the public goods. This in turn requires systems of accountability, adequate and reliable information, and efficiency in resource management and the delivery of public services” (WB, 1992, p. 2).

riscos de investimentos; e (4º) Informação (sobre a economia, condições de mercado, pressupostos e políticas governamentais) e transparência (a fim de diminuir as possibilidades de corrupção em seu nível mínimo).

Dessa maneira, o conceito de governança dá suporte às alterações do papel do Estado em escala global, exprimindo procedimentos e práticas governamentais relevantes ao processo decisório. As PPPs erigem visando a formulação de políticas ou ainda em sentido da abertura, ora maior ora menor, para a participação dos setores interessados em atuar no setor público ou de distintas esferas de poder.

No cenário de transformações no papel e funções do Estado, a governança, como referido, significa novas configurações e atuação de novos atores em áreas tradicionalmente consideradas focos de tarefas e obrigações primordiais do Estado (AMOS, 2010), o Gerencialismo (CLARKE; NEWMAN, 2012) ou Nova Gestão Pública (NGP), cuja versão em inglês é *New Public Management* (NPM), por sua vez, desencadeia mudanças internas substanciais na administração pública. Para Dasso Júnior (2015), a reforma da NGP ocorreu em dois momentos, “a “primeira onda”, dos anos 1980, com ênfase no ajuste estrutural das economias em crise (ajuste fiscal, privatização, liberalização do comércio); e a “segunda onda”, a partir dos anos 1990, com ênfase nas transformações de caráter institucional” (p. 7), implicando em mudanças na forma de operação da máquina pública, por meio da inserção de princípios e práticas do mundo corporativo, tais como: competitividade, concorrência, agências de controle, eficiência, metas e resultados.

Dasso Júnior (2015, p. 10) argumenta que,

A origem da “Nova Gestão Pública” está na economia, em especial no pensamento econômico neoclássico, influenciado pela Escola Austríaca, e na Teoria da Escolha Pública (*Public Choice*), fundada a partir da Escola da Virgínia, assim como também sofreu influência da Escola de Chicago. Portanto, as origens da “Nova Gestão Pública” são as mesmas do pensamento ultraliberal. Como é evidente que é a teoria de Estado que define a teoria da Administração Pública, resta óbvio que a NGP é a teoria de Administração Pública do Estado ultraliberal.

Logo, a governança aprofunda esta lógica, imprimindo “transformações na compreensão de governo restrito ao aparelho de Estado, tido como monolítico, para uma pluricêntrica, de governança descentralizada, realizada por redes de múltiplos ‘atores’” (SHIROMA; EVANGELISTA, 2014, p. 25-26). Assim, o termo Governança remete a mudanças no modo de governar, abrangendo novas formas de relações do Estado com outros atores, sobretudo, a sociedade civil, o mercado, tanto nacional quanto internacional, e criando formas de controle e mecanismos sutis de governação dentro da ideia de “alargamento das relações e de ampliação das possibilidades de atingir objetivos e metas em favor do “bem comum”, para além do Estado, [...] visto que este, sozinho, na acepção dos formuladores, não consegue realizar” (CÓSSIO, 2015, p. 623).

Procopiuck e Frey (2008) consideram que a acepção de governança, por um lado, traz vantagens por ampliar o escopo de análise de uma diversidade de processos sociais, contudo, noutro sentido, o uso do conceito tem-se mostrado problemático por também ser utilizado para transmitir configurações amplas de relações organizacionais, nacionais e até mesmo internacionais entre Estado, sociedade civil e mercado, que refletem nas políticas de governo e, se desdobram, inclusive, na promoção da ordem social. Desse modo, os autores chamam a atenção para a necessidade de se refletir sobre a função da gestão pública no contexto da lógica de governança vigente, especialmente, a respeito do papel estatal como “agente político e estratégico em busca de níveis satisfatórios de governabilidade e de resultados mediante articulações de atores em redes” (PROCOPIUCK; FREY, 2008, p. 13), já que conforme os rumos tomados se produzem determinados efeitos sobre a sociedade, tal como na educação através das PPPEs.

REDES SOCIAIS E POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Para Shiroma (2016) a lógica de governança constitui redes, o que ela concebe como redes de governança, que – reunindo Organismos Multilaterais (OM), governos nacionais, organizações não-governamentais

(ONGs), *think tanks*⁵ e grupos de interesse, consultores, empreendedores sociais e corporações transnacionais - acolhem “aparelhos privados de hegemonia que se aninham em teias de relações ampliando sua possibilidade de impacto e influência, conferindo autoridade e legitimidade a questões globais, ainda que com interesses políticos e econômicos não explícitos” (SHIROMA, 2016, p. 88).

Shiroma (2016, p. 70) alerta para o fato de as redes de governança visarem “a produção de consenso”, com vista à hegemonização do projeto social do qual fazem parte. A autora assinala que as redes se apresentam como vias rápidas para a transferência e a proliferação do programa defendido por essa corrente, permitindo-lhes serem “verdadeiros intelectuais orgânicos do capital, atuando na circulação de idéias e produção de sentidos” (SHIROMA, 2016, p. 68).

Lopes e Baldi (2009) destacam a pertinência de uma análise contextualizada sobre as redes sociais, a qual considere não apenas os aspectos estruturais e processuais, e sim, a realidade social, política e econômica e a historicidade abrangida nessas relações. Isso implica em observar os efeitos que a adoção desse tipo de estrutura em rede pode gerar a partir do exame dos diferentes indicadores que a constituem, em relação aos atores envolvidos, quanto aos recursos que possuem, às posições que ocupam e aos objetivos que estabelecem.

Em seus estudos Ball (2014) tem usado a concepção de redes para analisar as políticas educacionais de duas formas diferentes, porém relacionadas, como base conceitual e como categoria metodológica.

Redes como dispositivo conceitual se articula a concepção de governança em rede, no quadro do programa neoliberal, enquanto meio de criação de novas oportunidades de lucro através de relações e interações, e a partir das quais “ideias, discursos, dinheiro e pessoas se movem por meio delas” (BALL, 2014, p. 19). Desse modo, as redes políticas, no contexto da perspectiva neoliberal, expressam um tipo de “social” novo, envolvendo tipos específicos de relações sociais, de fluxos e de movimentos, que permitem espaço para novas vozes dentro do

discurso de políticas que promovem novas narrativas para orientar as políticas.

Assim sendo, tais redes são muito mais uma comunidade social dentro de uma determinada concepção política. Misturam laços duradouros e fugazes, permeados por colaborações esporádicas e interdependências intrincadas que ligam projetos locais a relações internacionais para fornecer conhecimento, reputação e legitimidade.

Redes acolhem *think thanks*, aparelhos privados de hegemonia que se aninham em teias de relações ampliando sua possibilidade de impacto e influência, conferindo autoridade e legitimidade a questões globais, ainda que com interesses políticos e econômicos não explícitos. Participam dessas redes os empreendedores de políticas que executam as funções de 1) identificar necessidades e ofertar meios inovadores, 2) suportar riscos financeiros e emocionais buscando mudanças com consequências incertas e 3) reunir e coordenar redes de indivíduos com talentos e recursos necessários para a mudança. Os empreendedores de políticas devem apresentar conhecimento de assuntos de políticas, liderança e habilidades de formação em equipe, reputação e contatos, habilidade estratégica e tenacidade formas particulares e volumes de capital social e cultura (SHIROMA, 2016, p. 88-89).

São novos agenciamentos de políticas com uma gama diversificada de participantes, situados em um novo tipo de espaço de políticas, em um lugar entre agências multilaterais, governos nacionais, ONGs, *think tanks* e grupos de interesse, consultores, empreendedores sociais e empresas internacionais (BALL, 2014), que estão produzindo mudanças no pensamento e comportamento de governos nacionais por meio de trocas de normas, de ideias e de discursos que alteram as percepções sobre o que é público e sobre os problemas e soluções sociais e educacionais, com repercussões nas esferas subnacionais.

Assim, o conceito de redes como método analítico visa contemplar a estrutura das comunidades políticas e alguns aspectos visíveis nas relações sociais estabelecidas, através de um modelo de “etnografia de rede”. Sua finalidade é realizar “um mapeamento da forma e do conteúdo das relações políticas em um campo particular, uma variação que Bervir e Rhodes (2006)

⁵ O termo pode ser entendido como um grupo de pessoas e de instituições que desenvolvem pesquisas e propõem soluções de problemas nas diversas áreas, inclusive na educação (BALL, 2014).

apresentam como “análises etnográficas de governança em ação” (BALL, 2014, p. 28). É uma abordagem que busca suplantar o método de análise de redes, que ao focar um esboço abrangente pouco atenta para os detalhes. Para tal, são utilizadas novas formas de dados, emanadas pela comunicação virtual e eletrônica, que permitem o acesso mais amplo e mais rico das relações sociais em redes, do que possibilitam os dados terrestres.

Na pesquisa em realização, tendo como objetivo mapear os entes privados envolvidos em PPPs com o sistema público de educação do Estado do RS se adotou o método de etnografia de rede. Para a busca nos municípios se usou o mapeamento da Secretaria de Educação (SECUD/RS), que agrupa as 497 cidades gaúchas em 36 Coordenadorias Regionais de Educação (CREs).

Para o levantamento das PPPEs usaram-se diferentes combinações de termos (descritores), tais como: programa, projeto, formação, convênio, entre outros, adicionados ao nome de cada município. Como instrumentos de pesquisa se contemplaram os *sites* de entidades representativas dos Secretários de Educação (Municipais e Estadual), dos Conselhos de Educação, das Secretarias de Educação, materiais na imprensa, e de empresas consultoras, vídeos promocionais, *Power Points*, páginas do *Facebook*, *blogs*, entrevistas com sujeitos e falas em eventos, etc.

Uma vez realizado o levantamento sobre as PPPs nas redes escolares se mapeou as instituições, com ou sem fins lucrativos, mais recorrentes. Na fase de aprofundamento, vem-se buscando cotejar as incidências e construir categorias explicativas para analisar as PPPs prevaletentes na educação no estado do RS. Para isso, adota-se como base o quadro de propriedades de redes, organizado por Tichy, Tuschman e Fombrum, e apresentado por Lopes e Baldi (2009) que prevê uma série de elementos em diferentes níveis, tais como: o conteúdo transacional (relação entre os atores sociais); a natureza das ligações (a natureza qualitativa e a força das relações); e as características estruturais (padrão geral de relacionamento entre os atores do sistema).

REDES POLÍTICAS E PPPEs: O ESTUDO NO ESTADO DO RS

No esteio da governança a celebração de PPPs é adotada como configuração para as políticas públicas, como as de educação, consolidando o que Robertson (2013) chama por governança educacional. O trunfo dessa perspectiva é a não-mercantilização pura ou a privatização direta, pois o papel político do Estado é considerado importante na regulação e avaliação dos serviços e no financiamento, enquanto noutro sentido ele se retira da condução e oferta direta da educação. Pode parecer uma proposta paradoxal, já que o Estado não executa, mas financia, o que pode dar uma ideia de menos Estado. Mas o seu pressuposto é inclinar o Estado “a se tornar menor, mas de fato mais forte, como na metáfora de Osborne e Gaebler (1992): ‘do remar para o pilotar’” (ROBERTSON; VERGER, 2012, p. 1145).

Para Robertson e Verger (2012), isso se apresenta como,

[...] o guarda-chuva perfeito, pois enquanto o propósito subjacente e as lógicas de gestão da educação são garantidos, de acordo com a lógica de mercado, dada a presença do setor privado como responsável pela oferta, o Estado assegura o ambiente político favorável e, o mais importante, seu financiamento (p. 1143).

No caso das PPPEs cabe analisar os desdobramentos da lógica privada quando se introduz no setor educacional e passa a influenciar significativamente a condução e a efetivação das políticas públicas. Conforme Robertson e Verger (2012, p. 1150) apontam, as PPPEs são, sobretudo, “relações sociais e econômicas (WEIHE, 2010), envolvem questões de poder, autoridade, legitimidade, responsabilidade e igualdade, e não apenas mecanismos de opção com base no mercado e em ganhos de eficiência”. Para esses pesquisadores, a estrutura da governança, materializada pelas PPPs na Inglaterra tencionou para substituir as privatizações, à medida que, no lugar da alteração da natureza jurídica, reorientou a natureza e as prioridades das ações públicas a serviço da racionalidade privada. Como resultado, tem-se uma mudança na correlação de forças referente a algumas lutas, como por exemplo, verbas públicas

para instituições públicas, sem contar o esvaziamento dos sentidos político-sociais dos bens públicos, que se inclinam à predileção de novos espaços para a atuação do mercado.

Robertson e Verger (2012) reconhecem as PPPs como formas atuais de privatização na e da educação, o que tem implicações importantes para o contrato social entre educação e Estado e, em particular, para a educação como bem social complexo. Assim, Robertson (2013) alerta para a necessidade de aprofundamento do que afinal está em jogo neste paradigma de governo, na medida em que não ficam claros quais propósitos, quais espaços e quem são os atores que atuam na educação, considerando neste campo a questão da justiça social. Mesmo que se reconheçam os limites da ideia de justiça presente na noção de “educação para todos”, pois tem assento na lógica distributiva e não na mudança estrutural da sociedade, é inegável o que ela representa em termos de possibilidades sociais e o que pode acarretar a sua ausência. No entanto, não se pode pensar em qualquer modelo de educação para todos, ainda mais quando a agenda educacional (princípios, propostas, currículos, etc) está se distanciando dos propósitos caros à educação pública.

Depreende-se que as PPPEs promovem novas lógicas, com base na gestão de resultados, com currículos e práticas pedagógicas homogeneizadas e condicionadas às avaliações em larga escala, incentivos à ampliação da *performance*, medidas pela produtividade (professores, alunos, gestores), visando, em síntese, a formação de um sujeito instrumental à reestruturação e também um trabalhador e consumidor adequado à expansão do capital (PERONI, 2015). Ou seja, se pode dizer que as PPPEs mostram se encaixar em um projeto mais amplo de reconstituição da educação pública, dentro da construção de uma sociedade de mercado, na visão de Robertson e Verger, (2012), até porque governar sob esta lógica influi, “na constituição de tipos particulares de cidadãos (de mercado) (Stoer & Magalhães, 2002, p. 1135), por um lado, e na reconstituição do setor da educação (como parte de uma indústria de serviços educacionais globais em rápido crescimento), por outro lado”.

No Brasil, os estudos de Peroni (2013, p. 7), desde 1990, vêm destacando as PPPs como “uma das principais formas de relação entre o público e privado”. Do ponto de vista legal, a

Emenda Constitucional nº 19 de 1998 alterou a administração pública por meio de modificações relacionadas à estabilidade dos servidores públicos e à gestão pública, criou a figura das entidades paraestatais e a introdução do contrato de gestão no escopo dessas modificações. Tais alterações compunham o Plano Diretor de Reforma Administrativa do Estado (PDRAE, BRASIL, 1995), sistematizado no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (FHC, Gestão Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, 1995-2002), e gerido pelo Ministério Administrativo e da Reforma do Estado (MARE) criado especificamente para este fim e que perdurou até o fim do primeiro mandato de FHC.

O PDRAE anunciava uma ação administrativa onerosa em gastos públicos e ineficiente na promoção pública, e previa que para sanar os problemas do Estado era preciso torná-lo mais eficiente a partir da aproximação do setor público à esfera privada, pela inserção de instituições não estatais na promoção de serviços até então exclusivos do Estado. Assim sendo, a Emenda Constitucional nº 19 de 1998 permitiu a flexibilização das relações entre a iniciativa privada e o poder público, o que incentivou novas modalidades de políticas, sobretudo, com base nas práticas gerenciais, por serem consideradas mais eficientes e ágeis.

Além disso, dentro do princípio da flexibilização houve a criação de novos entes, tais como as Organizações Não-Governamentais (ONG), as Organizações Sociais (OS) e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). São estas que subsidiam legalmente as PPPs nas diferentes subunidades do país, além de fomentarem a construção de legislações próprias voltadas a estes fins nos Estados e municípios. As OS são normatizadas juridicamente pela Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre sua qualificação (BRASIL, 1998); já a Lei nº 9.790 de 1999 qualificou as OSCIP como pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, disciplinou, também, o termo de parceria (BRASIL, 1999). Mais tarde, teve-se um novo marco pela Lei nº 11.079, de 30 de Dezembro de 2004 e via Lei nº 13.019, de 31 de Julho de 2014, que foi alterada pela nº Lei 13.204 de 2015 e reconhecida como Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC).

Conforme Cósio (2015), uma das maiores vinculações entre governo e setores privados no

plano das políticas educacionais no Brasil é o movimento Todos pela Educação (TPE), criado em 2006 por diversas ONGs: Gerdau, Natura, DPaschoal, Fundação Roberto Marinho e IAS, além de Bancos como Itaú e o Banco Internacional de Desenvolvimento (BID). De modo geral, pode-se dizer que o principal fruto conseguido pelo TPE até hoje se deu com o “Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação”, que diz respeito ao “carro chefe” do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), aprovado em 2007 e que aponta prescrições gerenciais, via criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), pelo “Compromisso” que sustenta o plano e abre as portas para PPPs com “entidades privadas que têm o mercado como parâmetro de qualidade e a simpatia da sociedade, por se apresentarem como instituições filantrópicas, sem fins lucrativos e que querem o “bem” da educação” (PERONI, 2012, p. 26). Numa fase mais recente, em 2016, um fruto importante para o TPE foi a sua legalização como OSCIP, o que o permite, desde então, ao grupo firmar PPPs diretamente com os setores públicos municipais, estaduais e federal.

Peroni (2012) e Adrião; Peroni (2009) identificam PPPEs presentes nas diversas etapas (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio), modalidades (Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial e Educação Profissional), e âmbitos públicos (municipal; estadual; federal) na educação escolar no Brasil. Dentre os tipos de PPPEs mais recorrentes nos estudos nacionais se pode observar a compra de material apostilado (ADRIÃO et al, 2009) e a adoção de sistemas de gestão elaborados por instituições com ou sem fins lucrativos (PERONI; CAETANO, 2012), que ganham espaço, sobretudo, no âmbito dos municípios, tendo em vista as dificuldades político-administrativas enfrentadas por essas esferas.

No amplo estudo realizado por Adrião et al (2009) sobre a adoção de sistema apostilados de educação no Estado de São Paulo, com dados obtidos diretamente de representantes de gestores municipais ou de secretarias municipais de educação dos 645 municípios paulistas, 161 dos municípios informaram adotar ou já ter adquirido, no período 1994 e 2006, tal tipo de material. Sendo que, em 2007, 154 dos municípios paulistas manifestaram ainda manter essa forma de convênio. A pesquisa chama a atenção para o fato da maioria dos municípios declarantes de

adotarem sistemas apostilados serem de pequeno porte e que, na década de 1990, assumiram responsabilidades para com a oferta do nível obrigatório de ensino, para as quais, provavelmente, não estavam preparados. Assim, estes municípios, diante de condições mais adversas, do ponto de vista político e operacional para a oferta educacional, apresentam-se mais permeáveis à pressão das empresas privadas, tendo em vista que a constituição da esfera pública em tais situações tende a ser mais frágil, aproximando-se o privado do público de maneira mais cotidiana e informal.

Peroni e Caetano (2012), por sua vez, apresentam reflexões sobre uma pesquisa nacional a respeito do Instituto Ayrton Senna (IAS), que foi escolhido pela importância de sua atuação nas redes públicas de ensino no território nacional. A investigação contou com o apoio de dez grupos de estudo, de diferentes regiões do país. Foram eles: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, São Paulo, Minas Gerais, Pará, Piauí e Rio Grande do Norte. Ao cotejar as fontes coletadas na realidade dos sistemas de ensino e de escolas com os materiais *online* do IAS, o relatório da pesquisa constatou que o material instrucional era o mesmo:

[...] tanto no âmbito do sistema quanto da escola, em contextos completamente diferentes, como, por exemplo, em escolas de fronteira com a Bolívia, em Cáceres/MT, escolas indígenas, em Altamira/PA, ou escolas no interior de São Paulo ou do Rio Grande do Sul, isto é, com situações completamente diferentes e um mesmo material padronizado para todo o país (PERONI; CAETANO, 2012, p. 63).

A atividade do IAS ilustra sua postura no âmbito local e no plano macrossocial, uma vez que é extensa e poderosa sua participação em uma diversidade de redes políticas, com outros entes privados e setores públicos, o que o dá suporte para ser um sujeito potencial no direcionamento da educação pública nacional.

Enfim, estas são algumas das políticas em que se observa a força da inferência do empresariado nas reformas educacionais brasileiras enquanto verdadeiros “reformadores da educação” (CÓSSIO, 2015; FREITAS, 2012).

No contexto estadual do RS, o governo de Germano Rigotto (Gestão Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB, 2003-2006)

decretou a Lei estadual nº 12.234, de 13 de janeiro de 2005 que instituiu o Programa de PPPs estadual e normatizou a licitação e contratação de PPPs (RS, 2005). Mas as primeiras iniciativas de PPPs no Estado aconteceram apenas dez anos mais tarde, já no governo de Yeda Crusius (Gestão PSDB, 2007-2010). Exemplo foi o caso do programa ‘Boa Escola para Todos’, pelo qual a governadora Crusius consolidou uma série de relações público-privadas com base nas postulações do PDRAE/BRASIL-1995 e de suas projeções gerenciais, e na efetividade o programa compilou diferentes projetos realizados em parcerias com órgãos públicos e, sobretudo, grupos privados (AMARAL, 2010). Numa fase mais atual, o governador Sartori (Governo PMDB, 2015-2018), normatizou a Lei nº 14.686 (RS, 2015), alterando a Lei nº 12.234 de 2005, de 13 de janeiro, que institui o Programa de Parcerias Público-Privadas do Estado do Rio Grande do Sul – PPP/RS, e incluir a Manifestação de Interesse da Iniciativa Privada.

No mapeamento da primeira etapa da pesquisa sobre as PPPEs nas redes públicas de ensino do RS foram identificados cinco entes privados com maior inserção nas 36 CREs e presença nos 497 municípios gaúchos (Quadro 01), quais sejam: Instituto Natura, Instituto Ayrton Senna (IAS), Federação Nacional das Associações do Banco do Brasil (FENABB), Fundação do Sistema de Crédito Cooperativo (SICREDI) e a Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA).

Quadro 01: Entes privados mais frequentes e presentes nos municípios do RS.

	Frequência (Nº de CREs)	Presença em cidades
NATURA	12	62
IAS	12	20
FENABB	10	18
SICREDI	08	18
AFUBRA	07	18

Fonte: NEPPE (2017).

Destas cinco instituições privadas, apenas a FENABB não foi verificada como sendo uma OSCIP. Instituída pela Lei 9.790, de 1999, que ficou conhecida como a Lei do Terceiro Setor, a figura das Organizações Sociais da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) condicionou o estabelecimento dos Termos de Parceria como instrumento para as PPPs no país, enquanto desdobramento da Emenda Constitucional nº 19,

de 1998, que introduziu mecanismos jurídicos para outros órgãos, que não o Estado, atuando na provisão pública.

O Instituto Natura foi encontrado em 12 CREs e 62 cidades, por meio do programa educacional “Trilhas”. Seu *site* evidencia que a criação desta OSCIP aconteceu em 2010 visando o fortalecimento e ampliação de sua atuação na esfera da educação (INSTITUTO NATURA, 2017). Para isso, é mantido um trabalho institucional em parceria com as Fundações Lemann, Itaú Social, Vivo Telefonía, dando mostras de articulação em rede. O Programa “Trilhas” é voltado a apoiar professoras/es que atuam no Ensino Fundamental, com crianças de 04 a 06 anos, oferecendo-lhes um kit de cadernos de orientação e também indicações literárias, jogos de linguagem e cartelas para atividades.

O IAS apareceu em 20 cidades e 12 CREs, através de quatro diferentes projetos e ações educacionais: os Projetos de alfabetização “Se Liga” e “Acelera”, o “Comitê Gestor de Soluções educacionais” e o seu mais recente projeto “Letramento em Programação Digital”. Atuante há 22 anos no Brasil com ações voltadas para a educação integral e a alfabetização de crianças e jovens no Ensino médio, o instituto obteve em 2004 o título de OSCIP para mediar PPPs no país (IAS, 2017).

Em informações do Programa “Letramento em Programação Digital” do IAS foi possível identificar suas atividades acontecendo dentro do Programa “AABB Comunidade” da FENABB. Este programa é o carro das atividades socioeducativas da FENABB, promovidas via complementação educacional dentro das Associações Atléticas Banco do Brasil (AABB) através de atividades lúdicas em áreas de saúde e higiene, esporte e linguagens artísticas, como meio de inserção social a crianças e adolescentes de famílias de baixa renda entre 06 e 18 anos (AABB COMUNIDADE, 2017).

No site da FENABB (2017) é possível acompanhar os diversos programas que são oferecidos nas áreas esportiva, financeira, sociocultural, socioeducativa, até uma plataforma de Educação a Distância. Diversos convênios e contratos são apresentados pela federação como sendo mantidos em nível nacional, como por exemplo: Banco Votorantim; Grêmio TAM; MAPFRE Seguros. Também é apresentada uma série de parceiros que assessoraram a federação na promoção de suas ações: na dimensão financeira,

o Bancobrás, operador de Agência de Viagens e Turismo, Consórcios, Seguros, e seu Instituto social (cidadania, educação, meio ambiente, esporte e qualidade de vida), além da empresa de empréstimo pessoal Cooperforte; na área da saúde, a Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil (CASSI) - autogestionária de convênios de saúde do Banco do Brasil -; na esfera esportiva, a loja de varejo de equipamento, acessórios e artigos A Esportiva, e a empresa *GreenVision*, fabricante de grama artificial e construtora de quadras.

Assim, ao analisar o Programa AABB Comunidade da FENABB, escolhido por ser este programa que é ofertado aos estudantes das redes públicas, é preciso destacar que se trata de uma entidade vinculada ao Banco Brasil (BB) que se configura como economia mista, com personalidade jurídica de direito privado e, embora sinalize para alguns princípios relacionados aos direitos humanos, à democracia e à Pedagogia Libertadora, apresenta elementos que se aproximam de uma perspectiva gerencial, tais como, o direcionamento de didáticas (manuais de planejamento) e a realização de modos de controle (via Monitoramento e Avaliação *In loco*, desde 2014), assim como a perspectiva pedagógica que valoriza o empreendedorismo e o voluntariado.

Encontrou-se a organização SICREDI inserida nas escolas gaúchas a partir dos programas “A União faz a vida”, e “Educação Financeira” em parceria com o Banco Central. O SICREDI (2017) é a marca assumida desde 1992 do primeiro Banco cooperativo privado do Brasil, que, nascido no Estado do RS, atualmente tem abrangência nacional. Sua fundação foi legitimada em 2010 como OSCIP e passou daí em diante a poder estabelecer termos de parcerias com o setor público. No histórico *online* do grupo bancário são destacadas as parcerias, em 2010 com o *Rabo Financial Institutions Development*, braço de desenvolvimento do grupo holandês RABOBANK, sistema de crédito cooperativo presente em 40 países; e no ano seguinte, de 2011, o convênio com a *International Finance Corporation* (IFC), organização parte do Grupo Banco Mundial, que investe no setor privado dos países em desenvolvimento. No Rio Grande do Sul (RS) são conveniados 138 municípios e 750 escolas, contando com 9.512 educadores e atendendo 93.320 crianças e adolescentes.

De acordo com o SICREDI, para que o Programa possa ser desenvolvido, é necessária a

participação de vários agentes, que compõem a rede de cooperação. Cada um dos agentes tem igual importância, no entanto, responsabilidades distintas no Programa. Os agentes estão divididos em Gestores (entidades integrantes do SICREDI); Apoiadores (comunidade); Parceiros (Secretarias de Educação e Instituições educacionais) e Assessoria Pedagógica (Universidades ou outras instituições especializadas). A assessoria pedagógica consiste basicamente na formação de professores que atuarão no Programa e é contratada pelo gestor local do SICREDI.

A AFUBRA (2017) insere-se na educação a partir do programa “Verde é Vida”, desenvolvido nos estados do sul do país (RS, SC e PR). A instituição distribui mudas nativas, sendo que o programa “Verde é Vida” direciona-se à educação socioambiental por meio da preservação do ambiente, educação no meio rural, sustentabilidade, diversificação e valorização dos agricultores.

Na sua página oficial, a AFUBRA apresenta parcerias com diversas entidades do ramo fumageiro, como: *International Tobacco Growers Association* (ITGA); Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Tabaco; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); bem como conselhos regionais, municipais e específicos à questão fumageira, e ações desta área, como o Dia do Produtor de Tabaco; etc. Na esfera ambiental e educacional são desenvolvidos programas “Bolsa de Sementes”, uma parceria com a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), o qual se depreende como sendo o grande parceiro do Programa educativo Verde é Vida; e o projeto “O Futuro é Agora”, atualmente, chamado de Instituto Crescer Legal, coordenado pelo Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco (SINDITABACO) e empresas associadas do ramo fumageiro, com o intuito de apoiar jovens, incentivando-os para a atividade de produção de fumo.

Após a identificação dos principais programas e projetos realizados por estas cinco instituições em parceria com as redes públicas, processou-se a localização de parceiros privados que atuam em colaboração permanente ou eventual com cada um deles. O objetivo deste momento é o de visualizar as redes políticas, os parceiros mais recorrentes e os níveis de intensidade em que atuam. Ao realizar este mapeamento, observou-se o IAS como os entes

com maior número de parceiros e maior inserção nas redes escolares, seguido prontamente do Instituto Natura.

O IAS e a Fundação Natura, são as duas entidades mais expressivas no cenário da educação brasileira, sendo sua atuação evidenciada em seus sites institucionais, permeando diferentes espaços políticos, como no “Todos pela Educação” (TPE, 2018), movimento em que se inserem diversas organizações privadas e que desde 2014 se tornou uma OSCIP; e, mais recentemente, o Movimento pela Base (MPB, 2018) que tem como orientação a promulgação de uma Base Nacional Curricular Comum (BNCC) para as escolas brasileiras, e que se encontra em início de implantação na Educação Infantil e no Ensino Fundamental.

Para adensamento da análise das redes, após localizar os principais parceiros de cada ente situado na primeira etapa da pesquisa, adaptaram-se as propriedades de redes, sugeridas por Tichy e colaboradores (1979, p. 508), e citadas por Lopes e Baldi (2009), buscando contemplar a diversidade de esferas dessas relações e a natureza das ligações, observando questões de conteúdo, intensidade, reciprocidade, clareza, multiplexidade; e características estruturais como tamanho, densidade, *clustering* e centralidade. Com apoio destes elementos cada ente está sendo analisado em relação aos itens destacados, para posteriormente serem cotejados entre si, procurando verificar se possuem parceiros em comum, objetivos e intencionalidades que se aproximam e em que e como se diferem e se distanciam. De posse destas informações se visa esquematizar as redes (gráficos de rede) com o uso do programa *Gephi 9.0*, que possibilita este fim.

CONCLUSÃO

Parte-se do pressuposto de que o atual modelo de globalização neoliberal cria as bases para novas relações entre Estado, Mercado e Sociedade civil, reconfigurando o papel do Estado em favor de princípios da governança, o que significa, entre outras características, a permeabilidade do Estado a parcerias com setores e atores privados, com ou sem fins lucrativos, sobretudo na formulação e execução de políticas públicas, com impactos importantes nos setores sociais e, neste caso, na educação.

A especificidade deste estudo propõe investigar o fenômeno das parcerias público-privadas em educação no Estado do RS. Para tanto, realizou-se o levantamento das parcerias firmadas entre as redes públicas do Estado do RS e entidades privadas, com ou sem fins lucrativos, e a constatação daquelas que despontaram com maior evidência pela abrangência geográfica e regiões educacionais. Posteriormente, iniciou-se o estudo mais detido sobre cada uma das entidades, com o intuito de identificar seus objetivos, programas e parceiros que formam as redes políticas.

Com subsídio da metodologia de etnografia de rede (BALL, 2014), que permite a utilização de diferentes dados disponíveis de forma digital, a análise é tanto favorecida e ao mesmo tempo complexificada, na medida em que são fontes diversificadas e informações difusas. Mesmo que não tenha se chegado ao ponto final da pesquisa em que se objetiva sistematizar os dados coletados sobre as redes no programa *Gephi 9.0*, já que ainda estão sendo coletados elementos acerca das propriedades de redes, é possível se apontar algumas importantes constatações.

Puderam-se identificar vários parceiros do IAS, e a partir disso embasar o aprofundamento programático e relacional deste ente. Identificou-se a articulação entre o IAS e a FENABB, mas é preciso verificar outras ramificações. Quanto às demais entidades destacadas o estudo está em fase inicial, mas em todos se evidenciou a intenção de promover alguns princípios vinculados à lógica empresarial, direta ou indiretamente, quer seja pelo conteúdo do próprio programa, como é o caso do SICREDI, por meio da educação financeira, quer seja pela ênfase na lógica do reforço escolar e em conteúdos mínimos entendidos como necessários ao processo produtivo, como os casos do Instituto Natura, FENABB e do IAS. A AFUBRA, por sua vez, busca compensar os males provocados pelo fumo através de atividades de educação ambiental.

Em que pese esta pesquisa não esteja concluída, é possível considerar que pela precariedade da rede escolar estadual e, em boa medida das redes municipais, por timidez dos investimentos, as PPPs consistem em alternativa às gestões das escolas para a manutenção estrutural e pedagógica. Além disso, pelo levantamento da abrangência das PPPEs no Estado do RS, pela inserção dos seus programas na gestão, currículo e práticas escolares, e pelas

redes que cada entidade forma com outros parceiros privados, se pode inferir que os sentidos e princípios da educação pública estão sendo fortemente reorientados.

REFERÊNCIAS

- AMOS, K. Governança e governamentalidade: relação e relevância de dois conceitos científico-sociais proeminentes na educação comparada. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.36, n. especial, p. 23-38, 2010.
- AABB COMUNIDADE. **Site institucional**. Disponível em: AABB. Site institucional. Disponível em: <http://www.aabbcomunidade.com.br/>. Acesso em 30/10/2017.
- ADRIÃO, T.; PERONI, V. M. V. A educação pública e sua relação com o setor privado: Implicações para a democracia educacional. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 3, n. 4, p. 107-116, jan./jun. 2009.
- ADRIÃO, T. et al. Uma modalidade peculiar de privatização da educação pública: a aquisição de "sistemas de ensino" por municípios paulistas. **Educação & Sociedade**. Campinas/Brasil, v. 30, n. 108, p. 799-818, 2009.
- AFUBRA. Associação dos Fumicultores do Brasil. **Site institucional**. Disponível em: <https://afubra.com.br>. Acesso em 30/10/2017.
- AMARAL, J. R. **A política de gestão da educação básica na rede estadual de ensino do Rio Grande do Sul (2007-2010): o fortalecimento da gestão gerencial**. Programa de Pós-Graduação em Educação (Tese). Porto Alegre: UFRGS, 2010.
- BALL, S. **Educação global S.A: Novas redes políticas e o imaginário neoliberal**. Ponta Grossa: EDUEPG, 2014.
- BRASIL. **Emenda constitucional nº 19, de 1998**: Modifica o regime e dispõe sobre princípio e normas da administração pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do distrito federal, e dá outras providências. Brasília, 1998.
- BRASIL. **Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998**. Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do programa nacional de publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências. Brasília, 1998.
- BRASIL. **Lei nº 9.790 de 23 de março de 1999**. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. Brasília, 1999.
- BRASIL. **Lei nº 11.079, de 30 de Dezembro de 2004**. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. Brasília, 1999.
- BRASIL. **Lei 13.204 de 14 de dezembro de 2015**. Altera a Lei no 13.019, de 31 de julho de 2014. Brasília, 2015.
- CÓSSIO, M. F. Agenda transnacional e governança nacional: as possíveis implicações na formação e no trabalho docente. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v.13, n.4, p. 616 – 640, out/dez, 2015.
- CLARKE, J.; NEWMAN, J.. Gerencialismo. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 353-38, mai/ago, 2012.
- DASSO JÚNIOR, A. Em busca de um modelo alternativo de administração pública: críticas à hegemonia do gerencialismo. **Anais... I ENEPCP**, Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas. Brasília/DF, 2015, p. 1-15.
- FENABB, Federação Nacional das Associações Atléticas Banco do Brasil. **Página oficial**. Disponível em: <<http://www.fenabb.org.br>>. Acesso em 20/08/2017.
- FREITAS, L. Os novos reformadores: o impacto da lógica empresarial na organização escolar. XVI ENDIPE, Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino. **Anais...** Campinas: UNICAMP, 2012.
- INSTITUTO NATURA. **Site institucional**. Disponível em: <http://www.institutonatura.org.br>. Acesso em 30/10/2017.
- IAS, INSTITUTO AYRTON SENNA. **Site institucional**. Disponível em: <http://institutoayrtonsenna.org.br/pt-br.html>. Acesso em 30/10/2017.
- LOPES, F. D; BALDI, M. Redes como perspectiva de análise e como estrutura de governança: uma análise das diferentes contribuições. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, n. 43, v. 5, set/out, 2009, p. 1007-1035.
- MPB, MOVIMENTO PELA BASE. **Site institucional**. Disponível: <http://movimentopelabase.org.br/>. Acesso em 10/04/2018.
- PERONI, V. M. V. Redefinições no papel do Estado: Terceira Via, Neodesenvolvimentismo e parcerias público-privadas na educação. **Revista da FAEEBA**, Educação e Contemporaneidade. Salvador, v. 21, n. 38, p. 57-67, jul/dez, 2012.
- PERONI, V. M. V. Redefinições no papel do Estado: parcerias público-privadas e a democratização da educação. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 21, n. 47, p. 1-14, 2013.
- PERONI, V. M. V. As nebulosas fronteiras entre o público e o privado na educação básica brasileira. **Anais... 37ª Reunião Nacional da ANPED**. Florianópolis: UFSC, 2015, p. 1-15.
- PERONI, V; CAETANO, M. R. Redefinições no papel do Estado: Terceira Via, Neodesenvolvimentismo e parcerias público-privadas na educação. **Revista da FAEEBA**,

Educação e Contemporaneidade. Salvador, v. 21, n. 38, jul/dez, 2012, p. 57-67.

PROCOPIUCK, M; FREY, K. Governança e redes em políticas de caráter público. Encontro de Administração pública e governança (ENAPG). **Anais...** Salvador/B, 2008, p. 1-15.

REIS, I. Governança e regulação da educação: Perspectivas e conceitos. **Educação, Sociedade & Culturas**, nº 39, p. 101-118, 2013.

ROBERTSON, S. A estranha não morte da privatização neoliberal na Estratégia 2020 para a educação do Banco Mundial. **Revista Brasileira de Educação**, v. 17 n. 50, p. 283-302, maio/ago, 2012.

ROBERTSON, S. As implicações em justiça social da privatização nos modelos de governança da educação: um relato relacional. **Educação e Sociedade**, v.34, n.34, p. 679-703, jul-set, 2013.

ROBERTSON, S; VERGER, A. A origem das parcerias público-privada na governança global da educação. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 121, p. 1133-1156, out-dez, 2012.

RS, RIO GRANDE DO SUL. Assembleia Legislativa. **Lei nº 12.234, de 13 de janeiro de 2005**. Dispõe sobre normas para licitação e contratação de parcerias público-privadas, institui o Programa de Parcerias Público-Privadas do Estado do Rio Grande do Sul - PPP/RS - e dá outras providências. POA: RS, 2005.

RS, RIO GRANDE DO SUL. Assembleia Legislativa. **Lei nº 14.686, de 22 de janeiro de 2015**. Introduz modificações na Lei nº 12.234, de 13 de janeiro de 2005, que institui o Programa de Parcerias Público-Privadas do Estado do Rio Grande do Sul – PPP/RS – para incluir a Manifestação de Interesse da Iniciativa Privada e dá outras providências. POA: RS, 2015.

SHIROMA, E. **Redes de políticas públicas e governança da educação**: pesquisando a convergência das políticas para docentes nas agendas para a próxima década. Relatório de pesquisa, Florianópolis, UFSC, 2016.

SHIROMA, E; EVANGELISTA, O. Estado, capital e educação: reflexões sobre hegemonia e redes de governança. **Revista Educação e Fronteiras On-Line**, Dourados/MS, v.4, n.11, p.21-38, mai./ago, 2014.

SICREDI. Fundação do Sistema de Crédito Cooperativo. Site institucional. Disponível: <https://www.sicredi.com.br>. Acesso em 30/10/2017.

TPE. Todos Pela Educação. Site institucional. Disponível: <http://www.todospelaeducacao.org.br>. Acesso em 10/04/2018.

WB, WORD BANK. **Governance and Development**. Washington/D.C, Abril, 1992.